

15ª ASSEMBLEIA DIOCESANA DA AÇÃO EVANGELIZADORA

Diocese de Erechim – Processo de preparação

“Eram perseverantes no ensinamento dos Apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações” (At 2,42).

1. A caminho da 15ª Assembleia Diocesana

O atual Plano Diocesano da Ação Evangelizadora, previsto para o período de 2020-2023, por razões diversas, estendeu-se por mais um triênio. Assim, a 15ª Assembleia Diocesana da Ação Evangelizadora será realizada em 31/07 e 1º/08 de 2026, após a Assembleia Geral da CNBB (15-24/04/2026) e após a Assembleia Regional (26-28/06/2026). Desta forma, em espírito sinodal, caminhamos em sintonia com a Igreja no Brasil e no Regional.

Na ação evangelizadora, as boas ideias “não caem do céu”, mas brotam da leitura da realidade. Da mesma forma, todo compromisso pastoral decorre do “discernimento da realidade” e, na ação evangelizadora, “os bons resultados são consequência de bons processos”. A Assembleia Diocesana constitui-se parte do processo tendo por finalidade *avaliar* a caminhada feita desde a última Assembleia e *planejar* o trabalho a ser feito através da elaboração do novo Plano Diocesano da Ação Evangelizadora.

A avaliação é um componente constitutivo da ação evangelizadora, sendo parte inerente do planejamento pastoral. Não se trata de avaliar “os outros”, mas, no espírito sinodal, de todos colocarem-se “*em avaliação*”. Isto requer espírito de humildade, abertura à escuta e ao diálogo e decisão para “*abandonar* as ultrapassadas estruturas que já não favoreçam a transmissão da fé” (DAP 365).

Em nossa avaliação, levar em conta a Pandemia da Covid-19, que irrompeu no começo de 2020, mudando todos os planejamentos e “levando” muitas pessoas, o processo de realização do Sínodo sobre Sinodalidade (2022-2024), o complexo contexto atual, com suas inúmeras marcas e consequências na vida das pessoas, das famílias, das comunidades, da Igreja e outros aspectos.

2. A Igreja, sua identidade e missão

O planejamento de uma ação está estreitamente relacionado à natureza da ação. Desta forma, o planejamento da ação evangelizadora adquire características próprias, pois a evangelização fundamenta-se na prática e na proposta de Jesus, centradas no Reino de Deus.

Jesus, “o Verbo [que] se fez carne e habitou entre nós” (Jo 1,14), não passou por este mundo como alguém apressado ou indiferente. Ele caminhou com as pessoas, assumindo a *escuta* como atitude fundamental. Para Jesus, escutar é o primeiro passo para compreender, dialogar, restaurar, amar. Por isso, Ele escutava o Pai e escutava o clamor do povo. Sua pedagogia não partia de teorias, mas do chão sagrado onde as pessoas viviam, sofriam, amavam e esperavam. Ele não oferecia respostas prontas, nem se impunha com rigidez. Antes, provocava o encontro, valorizava as perguntas, despertava o desejo de transcender e iniciava processos contínuos de conversão em vista do Reino de Deus e de sua justiça (Mt 6,33). Ele compreendia que os corações humanos se abrem com o tempo, que a fé amadurece no calor do diálogo e que a salvação se constrói em processos pessoais e comunitários de libertação e pertença (Rodighero).

Jesus tinha consciência de que é por meio da proximidade, do serviço e da misericórdia que o Reino se torna visível entre as pessoas. Por escutar o Pai, Jesus se torna Palavra viva a ser escutada: “ouvi-o” (Mc 9,7). Por isso, enviou os Apóstolos em missão: “Ide por todo o mundo e proclamai o Evangelho a toda a criatura” (Mc 16,15; Mt 28,19-20). O que Ele “começou a fazer e ensinar” (At 1,1) tornou-se missão de todos (Mt 10,5ss). Isso nos faz ver que Ele é o “fundamento” (1Cor 3,11) da Igreja. Em nossa missão, a Ele sempre precisamos voltar, pois, como Ele mesmo disse, “sem mim nada podeis fazer” (Jo 15,5c).

A Igreja está no mundo para continuar a obra de Jesus, que veio para fazer a vontade de Deus Pai (Jo 6,38). A Igreja “é em Cristo o *sacramento* ou o *sinal e instrumento* da íntima união com Deus

e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1). Sua finalidade é ser sacramento de salvação, sinal e instrumento do Reino de Deus. Portanto, “ela existe para evangelizar” (EN 14) e “Evangelizar é tornar o Reino de Deus presente no mundo” (EG 176).

3. A sinodalidade, dimensão constitutiva da Igreja

Um dos principais legados do Papa Francisco foi ter colocado a Igreja *em caminho sinodal*. No período de 2022-2024, a Igreja viveu a experiência de um Sínodo, tendo por tema a *Sinodalidade: “Por uma Igreja sinodal: comunhão, participação, missão”*. Foram três anos de *processo*, com uma ampla *escuta* em todos os continentes.

O Sínodo mostrou que a sinodalidade é o *caminhar juntos* dos cristãos na busca do Reino de Deus. Por isso, a sinodalidade “é dimensão constitutiva da Igreja” (DF 28). Significa que a Igreja é, por natureza, sinodal, por força do Batismo, que nos faz todos irmãos e corresponsáveis na missão.

A sinodalidade é “um caminho de *renovação espiritual* e de *reforma estrutural* para tornar a Igreja mais participativa e missionária” (DF 28). Em vista disso, o *Documento Final* fala da necessidade de uma “*metodologia sinodal*” para nos tornar “*missionários da sinodalidade* nas comunidades”, implicando de todos uma “*conversão sinodal*” (DF 9). Em outras palavras, o que diz respeito à missão de todos deve ser discernido, decidido e assumido por todos.

A sinodalidade é um *modo de ser e de agir* da Igreja, testemunhado “no *caminhar juntos*, no reunir-se em assembleia e no participar ativamente de todos os seus membros em sua missão evangelizadora” (DF 31). Esse é o espírito sinodal: “uma Igreja mais próxima das pessoas e mais relacional, que seja casa e família de Deus” (DF 28).

“A sinodalidade é, antes de tudo, uma *disposição espiritual* que permeia a vida cotidiana dos batizados e todos os aspectos da missão da Igreja”. Trata-se, portanto, de uma *espiritualidade* que ilumina o *modo de ser e de agir* da Igreja. “Ninguém pode percorrer sozinho um caminho de espiritualidade autêntica” (DF 43). “Para ser uma Igreja sinodal, é necessária, portanto, uma verdadeira *conversão relacional*” (DF 50).

O caminho sinodal não é “um” decidir por todos, mas “*todos*” “procurarem *juntos* reconhecer ‘o que o Espírito diz às Igrejas’ (Ap 2,7)”. “Quanto mais todos forem ouvidos, mais rico será o discernimento. Por isso, é fundamental promover uma ampla *participação* nos processos de *discernimento*, com particular atenção ao envolvimento dos que estão à margem da comunidade cristã e da sociedade” (DF 82).

“Favorecer a *participação* mais ampla possível de todo o Povo de Deus nos processos de *decisão* é o caminho mais eficaz para promover uma Igreja sinodal” (DF 87). Os Padres da Igreja falavam de um triplice “nada sem”: “*Nada sem o Bispo*”, “*nada sem o conselho dos Presbíteros*”, “*nada sem o consentimento do Povo*” (DF 88). Uma Igreja sinodal implica “na existência, na eficiência e na vitalidade efetiva, e não apenas nominal”, dos “*órgãos*” ou “*organismos de participação*”: Sínodo diocesano, Conselho presbiteral, Conselho pastoral diocesano, Conselho pastoral paroquial, Conselho diocesano e paroquial de assuntos econômicos (DF 103; 104). “Propõe-se também que se realizem assembleias eclesiais em todos os níveis com certa regularidade” (DF 107).

“Um dos pedidos que emergiu com maior força e de todas as partes durante o processo sinodal foi a *formação* integral, contínua e partilhada” de todos. “Igualmente marcante foi a insistência na necessidade de uma formação em que *participem juntos* homens e mulheres, leigos, consagrados, ministros ordenados e candidatos ao ministério ordenado, permitindo, assim, o crescimento no conhecimento, na estima recíproca e na capacidade de colaborar” (DF 143).

4. O caminho da Igreja, indicativos das novas *Diretrizes* da CNBB

Anunciar o Evangelho “é o primeiro serviço que a Igreja pode prestar à humanidade”, em qualquer tempo e lugar (IL 1). Esse é seu papel específico, que a Igreja o faz contemplando a *pessoa* e a *prática* de Jesus. “O modo de Jesus evangelizar deve inspirar a forma de seus discípulos realizarem a mesma missão em todos os tempos” (IL 2). Jesus age sempre como Aquele que “serve” (Mc 10,45)

e deixou seu exemplo: “Dei-vos o exemplo para que, como eu vos fiz, também vós o façais” (Jo 13,15).

“A nova realidade exige que **avaliemos** nossos métodos de anunciar a Boa Nova, iniciar na fé e fortalecer o senso de pertença à comunidade eclesial” (IL 6). “Precisamos reformar e mudar o que dificulta a missão evangelizadora. No espírito sinodal, todos os batizados somos responsáveis pela Igreja, cada um segundo a vocação específica que recebeu do Senhor. É chegado o tempo de renovar o ânimo pastoral, permitindo que a esterilidade dê lugar à fecundidade” (IL 9).

A imagem bíblica da “**tenda**” lembra a caminhada do povo hebreu pelo deserto. A tenda era “um lugar onde se abrigar dos perigos da noite” (IL 11). Não era uma morada fixa. Ela era o lugar do encontro com Deus (Ex 33,7-11). “Habitada pela presença divina, a tenda é o lugar da reunião, do encontro, da hospitalidade, da comunhão e da intimidade com Deus” (IL 13). Assim, a imagem da tenda expressa “o espírito que deve mover nossa ação evangelizadora” (IL 18). Igreja, lugar de acolhida e de encontro com Deus, “sempre itinerante e aberta, nunca estática e fechada” (IL 22).

“Para viver a missão é necessário que a Igreja saiba investigar ‘os **sinais dos tempos** e interpretá-los à luz do Evangelho’” (IL 25). “Há um significativo número de cristãos leigos e leigas que colabora diariamente nas comunidades eclesiais” (IL 27). “Nossa população, com frequência, se depara com flagelos, situações de pobreza, violência e injustiça” (IL 30). “O contexto de mudanças rápidas contribui para o aumento do drama da pobreza e da desigualdade social”. “A vida é ameaçada [ao longo de todo o seu percurso] desde a sua concepção até o seu fim natural, a violência se multiplica em todos os âmbitos e o descaso com a Casa Comum..., o racismo, a misoginia, o feminicídio, a homofobia, a aversão aos pobres e à pobreza, nos interpelam enquanto cristãos” (IL 34).

Ao tratar dos “**sujeitos da missão**”, as *Diretrizes* elencam diversos, todos juntos atuando em vista da vida e dignidade de todas as pessoas: o laicato, as crianças, os adolescentes e jovens, as mulheres, as famílias, os enfermos, os migrantes, a vida consagrada e os ministros ordenados e leigos (IL 74-109). Todos incluídos, participando e caminhando juntos.

As *Diretrizes* ressaltam alguns **compromissos sinodais**. A *sinodalidade* é compreendida como “*condição para a missão da Igreja no mundo e no tempo atuais*”. Tratam-se de dois compromissos:

1º) em primeiro lugar está a “*escuta dialogal*”, com os de “dentro” e com os “de fora” da Igreja (IL 110);

2º) junto ao diálogo, a *conversão*:

a) *das relações*: cada um compreender-se como parte da comunidade, estabelecendo relações gratuitas e não interesseiras, em base a retribuições (IL 113);

b) *dos processos*: oportunizar espaços de participação e uma cultura de transparência e de avaliação (IL 114);

c) *dos vínculos*: estabelecer relações de mútua cooperação na missão (IL 115).

Os **organismos de participação** são meios indispensáveis para a concretização da sinodalidade. “Eles constituem lugares de escuta, encontro e diálogo, cultivo de verdadeiro discernimento comunitário, construção de consenso e tomada de decisões” (IL 117), contribuindo para que “haja comunhão, participação e senso de pertença” (IL 118). São eles: os conselhos de pastoral (IL 119-122); os conselhos de assuntos econômicos (IL 123); os organismos do povo de Deus (IL 124-126); os organismos e projetos missionários (IL 127-131) e outros (IL 132-149).

Por último são apresentados os **caminhos da missão**, tradicionalmente compreendidos como prioridades. “É necessário ‘alargar as tendas’ de nossa ação evangelizadora. Não é aceitável ignorar a ‘ovelha perdida’, ainda que nos alegremos com as 99 sob a tenda” (IL 150). As *Diretrizes* assumem *quatro caminhos* prioritários:

1º. A *Iniciação à vida cristã* (IL 152-160);

2º. As *Comunidades de discípulos missionários* (IL 161-174);

3º. A *Liturgia e piedade popular* (IL 175-184);

4º. *O Cuidado das fragilidades: das pessoas e da Casa Comum* (IL 185-203).

“*Deixemo-nos, desde já, atrair pela esperança*”. Estas *Diretrizes* “assumem o compromisso de promover os sinais de esperança” (IL 204), sendo Deus a “grande Esperança”.

5. Texto bíblico iluminador (At 2,42-47)

Diante da complexa e desafiadora realidade atual propomos At 2,42-47 como texto iluminador do processo de realização da Assembleia. O relato apresenta as quatro colunas da comunidade cristã depois de Pentecostes, características estas que se constituem em critério de avaliação das comunidades eclesiais em todos os tempos. Não se tratam de ações isoladas: eles “*eram perseverantes*” (v.42).

1ª. *No ensinamento dos apóstolos* (v.42a). Era a memória histórica das palavras e ações de Jesus de Nazaré e a releitura da Escritura na ótica da ressurreição de Jesus. A pregação dos apóstolos era acolhida, “não como palavra humana, mas como na verdade é, Palavra de Deus” (1Ts 2,13).

2ª. *Na comunhão fraterna* (v.42b). A acolhida da Palavra de Deus suscitava comunhão de vida, gerando um espírito de generosidade e solidariedade. A comunhão tinha uma dimensão *subjetiva*: “eram um só coração e uma só alma” (At 4,32); e uma dimensão *objetiva*: “tudo era repartido entre eles conforme as necessidades de cada um” (At 2,45; 4,35). O resultado era visível: “não havia necessitados entre eles” (At 4,34).

3ª. *Na fração do pão* (v.42c). Essa expressão, além de lembrar uma prática judaica, reportava a Jesus, na Última Ceia, que “tomou o pão, deu graças, partiu e distribuiu-o” (Lc 22,19). Era, portanto, a celebração da Eucaristia, realizada nas casas (v.46).

4ª. *Nas orações* (v.42d). Conforme a tradição judaica, continuavam orando assiduamente no templo (At 2,46). Atos reforça dizendo que eram “assíduos na oração e no ministério da Palavra” (6,4). “Louvavam a Deus” (2,47), ressaltando a importância da oração comunitária.

“Com grande poder os apóstolos davam testemunho da ressurreição do Senhor e todos tinham grande aceitação” (At 4,33). Realizavam muitos “**sinais e prodígios**” (At 2,43) e o número dos cristãos **aumentava** sempre mais (At 2,47; 5,14). À luz da prática da Igreja Primitiva somos convidados a olhar e avaliar a nossa presença e atuação na comunidade eclesial em que estamos inseridos.

6. Princípios orientadores

Princípios orientam as ações, conduzem o processo, desde a preparação da Assembleia, sua realização e sua implementação. Levando em conta a Palavra de Deus e o Magistério da Igreja, sobretudo o *Instrumentum Laboris* das novas *Diretrizes* da CNBB, optamos por cinco princípios.

1º. *O discipulado*: cada batizado, membro da Igreja, compreender-se permanentemente discípulo de Jesus; o discípulo é um aprendiz; diz o *Documento de Aparecida*: “A Igreja deve cumprir sua missão seguindo os passos de Jesus e adotando suas atitudes” (DAp 31).

2º. *A sinodalidade*: implica na abertura à escuta, ao diálogo, em vista da participação, que torna todo batizado corresponsável e sujeito da ação evangelizadora; incorporar a “metodologia sinodal” (DF 9), o caminhar juntos, como a forma de ser e de agir da Igreja.

3º. *O cuidado*: cuidar e ser cuidado é da essência humana; cuidar é mais do que um ato, é uma atitude, é um *modo-de-ser* essencial; sem o cuidado das fragilidades, o ser humano deixa de *ser humano*.

4º. *A missionariedade*: nos pensarmos como Igreja em “saída missionária” (EG 20), sendo a evangelização sua razão de ser (EN 14); é mandato do próprio Cristo: “Ide por todo mundo, proclamai o Evangelho a toda criatura” (Mc 16,15).

5º. *A comunidade*: fortalecer os laços que unem as pessoas, a importância da comunidade de fé e dos encontros celebrativos, a solidariedade e a comunhão de vida, o diálogo, a benquerença, o serviço fraterno, a proximidade.

7. Passos metodológicos

O processo metodológico é de fundamental importância. Com a Igreja Latino-Americana, procedemos com o método *ver–discernir–agir*.

1º. **O ver:** é a avaliação do atual plano diocesano, da ação pastoral que está sendo realizada nas comunidades, paróquias, pastorais, movimentos, organismos. Importante envolver o maior número possível de pessoas. É o antes da Assembleia.

2º. **O discernir:** é o trabalho de análise e interpretação das questões e necessidades apontadas no ver, por parte dos participantes da Assembleia, implicando em fazer opções por prioridades e processos a serem adotados em vista da qualificação da ação evangelizadora. É o durante a Assembleia.

3º. **O agir:** uma vez definido o Plano Diocesano e aprovado pelo Conselho Diocesano da Ação Evangelizadora, necessita ser conhecido, acolhido e operacionalizado por toda a Igreja Diocesana. Implica em fazer a opção pelo Plano. É o depois da Assembleia.

8. O processo de avaliação

8.1 - Questões para avaliação nas Comunidades, Paróquias, Pastorais, Movimentos e Organismos Diocesanos

Levando em conta o contexto e os desafios atuais, propomos fazer uma avaliação diocesana a partir das seguintes questões:

1. Como o 14º Plano Diocesano contribuiu para a ação evangelizadora diocesana?
2. O que mais marcou a vida de sua comunidade/paróquia/pastoral/movimento/organismo nos últimos 6 anos?
3. Que sinais de sinodalidade percebemos em nossa vida de Igreja?
4. Quais as grandes necessidades pastorais que temos na atualidade?
5. Sugestões.

8.2 - Questões para ouvir o povo fora das realidades eclesiais, através de instrumento virtual:

1. Como você vê a Igreja Católica, Diocese de Erechim?
2. Que aspectos você considera positivos na Diocese de Erechim?
3. Que lacunas você percebe na ação da Igreja Diocesana?
4. Sugestões.

* A PASCOM encaminha as questões online e reúne as respostas.

8.3 - Procedimento

1º) Na 2ª Reunião do Conselho Diocesano da Ação Evangelizadora de 29/11/25, a aprovação e o encaminhamento do Instrumento de Avaliação.

2º) De dezembro de 2025 a abril de 2026, fazer a avaliação nas Comunidades, Paróquias, Pastorais, Movimentos e Organismos Diocesanos.

a) O padre, em uma visita à Comunidade, ouvir o povo/lideranças a partir das questões sugeridas.

b) Ouvidas todas as Comunidades, o padre reunir o Conselho Paroquial de Pastoral e fazer a avaliação, síntese paroquial, a partir da escuta das Comunidades.

c) A coordenação da Pastoral, do Movimento e do Organismo reunir os membros e fazer essa avaliação.

3º) Paróquias: Na 2ª Reunião de Área de 2026 (em maio), fazer a Mini-Assembleia da Área Pastoral, na qual cada Paróquia partilha as suas respostas, discute-se as questões e se constrói uma síntese da Área Pastoral, a ser enviada à coordenação diocesana.

3º) Pastorais, Movimentos e Organismos: No dia 23 de maio de 2026, às 8h30, fazer uma Mini-Assembleia das Pastorais, Movimentos e Organismos Diocesanos, na qual todos partilham as suas respostas, discute-se as questões e se constrói uma síntese das Pastorais, Movimentos e Organismos, a ser enviada à coordenação diocesana. Local: Centro Catequético da Paróquia São Cristóvão.

4º) Na Mini-Assembleia fazer a escolha dos respectivos delegados para participar da Assembleia, com o preenchimento da Ficha de Inscrição.

9. Participantes da Assembleia

As vagas para a Assembleia Diocesana:

I	Padres Diocesanos (40) e Padres Religiosos (5); Diáconos (20); Religiosas (3), Seminaristas (5)	73
II	Paróquias (2 representantes x 30)	60
III	Pastorais, Movimentos e Organismos Diocesanos (com 1 representante x 23): Pascom; P. Carcerária; P. Criança; P. Educação; PJ; PPI; P. Batismo; P. Migrante; P. Dízimo; P. Coroinhas; P. Saúde; Apostolado; Zeladoras; CLJ; Caritas; Cons. Dioc. Leigos; IAM; MESCE; RCC; T. Homens; Mães Oram Filhos; ALMABER; Mov. Champagnat; EJC;	24
IV	Santuários (com 1 x 3): Nª Sª de Fátima, Nª Sª da Salette, Nª Sª da Santa Cruz	3
V	Pastorais, Movimentos e Organismos Diocesanos (com 2 representantes x 5): Anim. Bíblico-Catequética; P. Familiar; ECC; Cursilho A e J; Mov. Casais Jovens	10
VI	Cúria Diocesana (3) e Conselho Econômico Diocesano (1)	4
	Total	174

10. Programação da Assembleia

1ª dia: 31/07/26

- início: 19:00h

- término: 22:00h

2ª dia: 01/08/26

- início: 08h30h

- término: 17:00h

11. Redação e aprovação do 15º Plano Diocesano

Após as definições e encaminhamentos da Assembleia Diocesana, a equipe de coordenação fará a elaboração do 15º Plano Diocesano da Ação Evangelizadora.

Essa redação, com os devidos ajustes, deverá ser aprovada pelo Conselho Diocesano, em reunião própria, em 17/10/2026.

**Conselho Diocesano da Ação Evangelizadora
29/11/2025**